

A Influência da Líbia na Criação da União Africana: a Ascensão do Continente no Cenário Internacional

Larissa Kröner Bresciani Teixeira¹
Luiza Ferreira Flores²

Resumo: O presente trabalho visa analisar a influência da política externa da Líbia e, sobretudo, das políticas governamentais do governo Gaddafi que auxiliaram para a criação da União Africana (UA). O século XX foi marcado pela presença do pensamento pan-africanista na luta pelas independências e autodeterminação das nações africanas, sendo isto ressaltado pelo *Ano Africano* (1960) e pela criação da Organização da Unidade Africana (OUA), em 1963. A criação da UA em 2002 representou a ascensão do continente africano no cenário internacional. Assim, a UA é resultado do suporte político e econômico de nações regionalmente influentes, como a Líbia, em prol da edificação de um projeto de integração regional com o propósito de desenvolver socioeconomicamente o continente.

Palavras-chaves: Líbia. União Africana. Gaddafi. África. Integração Regional.

1 Graduada em Direito pela Fundação Escola Superior do Ministério Público (FMP-RS) e graduanda do sexto semestre de História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: larissakbteixeira@gmail.com.

2 Graduanda do sétimo semestre de Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: lu.feflores@gmail.com.

1 Introdução

A luta anticolonial no continente africano durante o século XX foi fruto da influência do pensamento pan-africanista. Inicialmente, o movimento buscava o fim da exploração de afro-americanos e africanos, sobretudo da escravidão e regimes segregacionistas. Todavia, essa luta não seria completa sem que as nações africanas fossem soberanas e autônomas. Dessa forma, durante o *Ano Africano*, 17 Estados africanos tornaram-se independentes e mobilizaram-se para a criação de uma organização que abrangesse os interesses das nações recém criadas – a qual seria a Organização da Unidade Africana (1963) (VISENTINI, 2007).

Todavia, a Organização desgastou-se ao passar dos anos, sobretudo porque não apresentou propostas para a inserção do continente africano no cenário mundial. Assim, a União Africana é criada para suprir as novas necessidades socioeconômicas africanas em um cenário de globalização e de competição constante (CAMPBELL, 2018).

A Líbia é um país localizado no norte da África, sendo o quarto maior território do continente. O território foi passagem subsequente de diferentes povos e culturas, com dominação do Império Turco Otomano, e posteriormente pela Itália, até 1951, quando a Líbia conquistou sua independência. O Estado líbio é dividido em três regiões: Tripolitânia, Cirenaica e Fezzan. As divergências entre as três regiões são consequências de diferenças históricas e econômicas, e somente sob o governo de Muammar al-Gaddafi que ocorre a unificação plena do Estado líbio, com a estabilização e centralização do poder em um único governo central, além da retenção do monopólio do uso da força dentro das fronteiras líbias (VANDEWALLE, 2012).

Ao assumir o governo líbio após a tomada de poder, Muammar al-Gaddafi instaurou uma República socialista árabe, assentada nos princípios do nacionalismo e do pan-arabismo pregados pelo movimento do líder egípcio Gamal Abdel Nasser. Ademais, o líder líbio foi responsável por inserir a Líbia nas relações estratégicas do continente africano e do Oriente Médio, fundamentais para a dinamização do Estado líbio e suas iniciativas econômicas, políticas e securitárias no âmbito das organizações regionais. Assim, a política externa da Líbia e os interesses de

Gaddafi são evidentes na criação da União Africana em 2002, especialmente com a concepção pan-africanista do líder líbio em criar os Estados Unidos da África, ainda em 1999 (BRAHIMI, 2011; LUBASZEWSKI, 2016).

O objetivo central do trabalho em tela é analisar a influência da Líbia na criação da União Africana, sobretudo averiguando em que medida os interesses do país integraram-se na organização internacional. Visando compreender a relação deste Estado com a União Africana, apresentar-se-á a história do pensamento político pan-africanista, a história contemporânea da Líbia, assim como a figura de Gaddafi, líder político importante para a construção do Estado em análise e para a integração continental da África.

Dessa forma, o artigo dividir-se-á em três subitens. Em uma primeira parte do trabalho, apresentar-se-á a história da Líbia, assim como suas relações internacionais no início dos anos 2000 até a morte de Gaddafi. No segundo subitem, será introduzido o pensamento pan-africanista, sua história e influência no século XX, para que seja possível compreender como foi a constituição da União Africana no início do século XXI. Por fim, buscar-se-á criar um nexos entre como Gaddafi utilizou-se do pan-africanismo para colocar a Líbia em uma situação de poder regional no continente africano.

A metodologia utilizada será a hipotética dedutiva, a partir da análise qualitativa e revisão bibliográfica. Nesse sentido, como justificativa para o presente trabalho, ressalta-se que a África é um continente imenso e que sofreu diversos processos políticos distintos durante o século XX. Muammar al-Gaddafi é um dos políticos mais conhecidos do continente e estudar a sua história, a partir de um contexto temporal delimitado, bem como os seus legados para a África é fundamental para que se possa discutir e, sobretudo, compreender a história da Líbia. Assim, a hipótese fundamenta-se no sentido de que Gaddafi foi fundamental para a concretização da Líbia como um agente importante no cenário mundial e, conseqüentemente, para que a Líbia fosse um dos Estados precursores na criação da União Africana e no ideal de integração regional.

2 A Importância Estratégica da Líbia no Continente Africano

A história da Líbia é complexa, pois a formação do Estado nacional é resultado da convergência entre diferentes organizações políticas, povos e experiências culturais. Do Império otomano à colônia italiana; da monarquia conservadora ao regime revolucionário, o Estado líbio é importante para os assuntos internacionais, devido ao seu posicionamento estratégico no continente africano e à sua grande reserva de petróleo. Após a independência em 1951, os dois fatores centrais na expansão do país foram o petróleo e as receitas que suas vendas geraram no mercado mundial (VANDEWALLE, 2012).

A geopolítica do petróleo presente na Líbia no pós-independência foi o coeficiente fundamental nas interações políticas interestatais. A queda da monarquia e a ascensão do revolucionário Muammar al-Gaddafi no comando do país representam uma reorientação da política externa líbia, com um arrefecimento das relações com o Ocidente e uma aproximação estratégica com o Oriente Médio, em um primeiro momento, e com a África. Gaddafi tornou a Líbia indispensável para os projetos de integração regional, além de ter sido um dos grandes apoiadores e financiadores do projeto de desenvolvimento – econômico e político – do continente africano (LUBASZEWSKI, 2016).

2.1 A Construção do Estado Nacional e o Governo Gaddafi

A Líbia é um Estado que foi construído a partir das interações entre os diferentes povos e impérios que transitaram por seu território, fator que dificultou, desde os primórdios da nação líbia, a criação de uma identidade nacional. De acordo com Simons (1996), a combinação de um povo engenhoso com um terreno de complicada natureza dificultava a anexação plena do território líbio por potências estrangeiras. A unificação das distintas regiões sob um único governo ocorreu a partir do século XVI, sob o controle do Império Turco Otomano (GONZÁLEZ, 2011; VANDEWALLE, 2012).

Fatores exógenos no sistema internacional, alocados com tensões internas, provocaram o enfraquecimento do Império Turco Otomano no território da

Líbia em meados do século XIX. Somado a isso, houve a ascensão do movimento Sanusi¹, que tinha o objetivo de fortalecer o islã contra invasores cristãos europeus. A disseminação desse movimento entre a população local favoreceu a criação de um sistema de valores comuns na sociedade, o que posteriormente se tornaria uma força política de crucial importância. No final do século XIX, a Itália inicia uma política de “penetração pacífica”² no território líbio, conquistando o espaço por meio de medidas econômicas e não militares. A ocupação, que se iniciou pacífica, logo tornou-se bélica (LUBASZEWSKI, 2016; VANDEWALLE, 2012).

É válido ressaltar a importância da religião na formação da resistência líbia, visto que o povo líbio preferia continuar fiel aos legisladores muçulmanos do Império, em detrimento à possibilidade de europeização sob uma legislação cristã. A população líbia permaneceu, durante décadas, em constante estado de luta contra os invasores italianos, mesmo após o fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Apenas na década de 1930 que a Itália consegue, de fato, conquistar a Líbia, que em 1934 se torna o último país do norte da África a ser colonizado por europeus (SIMONS; BENN, 2003).

Em 1938, Mussolini³ declara a Líbia como parte integral de seu Reino, constituindo-a como nona região da Itália. O advento da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e a posterior derrota do Eixo possibilitou que a luta contra o colonialismo europeu no território líbio florescesse. A Líbia então consegue se libertar da ocupação colonial, porém o país permanece sob domínio ocidental até 1951, quando se torna o primeiro Estado do Magreb⁴ a conquistar a independência (MAZRUI, 2010; VANDEWALLE, 2012).

Após sua independência, a Líbia se torna uma monarquia federativa, com ampla autonomia de suas províncias e um fraco governo central. Nesta época, o Estado líbio era extremamente subdesenvolvido, com facções políticas divergentes

1 O movimento Sanusi, surgido na Argélia, é formado por muçulmanos sunitas ou ortodoxos, sendo uma das principais ordens do Islã. De acordo com Simons (1996), o movimento concorda com os ensinamentos gerais do Profeta.

2 A penetração italiana no território líbio ocorre, inicialmente de um modo pacífico, com a transferência comercial entre os diferentes povos. Porém, com outras potências europeias se infiltrando em territórios africanos, a Itália intensificou o seu processo colonizador na Líbia (LUBASZEWSKI, 2016).

3 Benito Mussolini (1883-1945) foi um político italiano, líder do Partido Nacional Fascista e Primeiro-Ministro da Itália de 1922 até a sua morte, em 1945 (VANDEWALLE, 2012).

4 Magreb é uma denominação geográfica para designar os países da África Setentrional. De origem árabe, a palavra Magreb significa “onde o Sol se põe” (VANDEWALLE, 2012).

perseguindo o controle do aparato estatal e fortemente alinhado ao Ocidente. No mundo bipolarizado pela Guerra Fria, tanto os EUA quanto a URSS procuravam expandir suas áreas de influência. A localização geográfica da Líbia era de importância estratégica para as duas potências, devido à sua longa costa com amplos espaços interiores, ideais para a construção de bases militares (SIMONS, 1996; VISENTINI, 2012).

Na década de 1960, ocorre um ponto de ruptura na história líbia, com a descoberta de amplas reservas de petróleo no território. Em termos econômicos, a Líbia deixa de ser um país pobre para se tornar um dos mais ricos de todo o continente africano, mesmo sendo extremamente dependente de um só produto. Ainda nesta década, houve a ascensão do nacionalismo árabe, inspirado pelo líder egípcio Nasser⁵, movimento que se espalhou pelo Oriente Médio e norte da África (SIMONS, 1996; VANDEWALLE, 2012).

Deste modo, a insatisfação da população líbia com a corrupção, o descaso dos governantes, o alinhamento excessivo com o Ocidente e o entusiasmo com o nacionalismo árabe foram fatores cruciais para a tomada de poder do jovem líder Muammar al-Gaddafi em primeiro de setembro de 1969. O golpe de Estado, chamado de “Operação Jerusalém”, liderado por Gaddafi e pelo recém-formado Conselho Revolucionário, tornou Sirte capital da Líbia e Trípoli, um centro de apoio político e administrativo. Seguindo os ideais nasseristas do nacionalismo árabe, Muammar al-Gaddafi instaura uma República socialista árabe na Líbia (MAZRUI, 2010; SIMONS, 1996).

Os pilares da revolução líbia podem ser resumidos em três palavras: socialismo, liberdade e unidade. A Terceira Teoria Universal, doutrina concebida por Gaddafi em seu “*Livro Verde*”⁶, condenava tanto o capitalismo como o comunismo como sistemas de monopólio de exploração, invocando o nacionalismo árabe, o anti-imperialismo e o socialismo islâmico como uma alternativa distinta dessas duas opções. Deste modo, a Líbia se tornava um *Jamahiriyah*, um “Estado de Massas”. Conforme Brahim (2011), esse sistema foi designado para ser um igualitarismo

5 Gamal Abdel Nasser (1918-1970) foi um político e militar egípcio, criador da ideologia do pan-arabismo (VANDEWALLE, 2012).

6 O Livro Verde, escrito por Muammar al-Gaddafi, foi publicado inicialmente em 1975. A obra tinha como objetivo descrever a ideologia e a visão política do líder líbio. O livro é dividido em três partes: A Solução do Problema da Democracia: A Autoridade do Povo; A Solução do Problema Econômico: Socialismo e, por fim, A Base Social da Terceira Teoria Universal (SIMONS, 1996).

– político e econômico – estatal, evitando que o Estado líbio fosse corrompido pelas instituições opressivas presentes nos demais Estados-nações (BRAHIMI, 2011; HAJJAR, 1980).

A atuação de Gaddafi foi de importância central para a unificação do Estado líbio, assim como para a sua modernização. Afinal, foi por meio de sua liderança que ocorreu a unificação de três províncias distintas em uma única unidade nacional, superando, na medida do possível, o poder tribal dentro do país. Gaddafi conseguiu manter a estabilidade e o monopólio do uso de força dentro das fronteiras nacionais. Somado a isso, o nacionalismo árabe e as políticas anti-imperialistas de seu líder elevavam a Líbia como um importante Estado em relação aos seus vizinhos africanos (LUBASZEWSKI, 2016).

2.2 As Relações Internacionais da Líbia

A orientação de política externa da Líbia sob o governo Gaddafi foi extremamente influenciada pela aspiração do líder árabe de tornar sua nação um polo de liderança regional e internacional. Por esse motivo, Gaddafi incentivava os movimentos nacionais de libertação e o combate direto ao imperialismo, pois o mesmo acreditava que as grandes potências se utilizavam do colonialismo e das diferenças étnicas e culturais para manter a hegemonia nos assuntos internos de países que eram suas antigas colônias. Inicialmente, a política externa líbia foi extremamente focada para os países árabes, visto o desejo de Gaddafi de criar uma nação árabe unificada (SIMONS, 1996; ZEIDAN, 1987).

Intercalando entre o pragmatismo e a ideologia do Livro Verde, as relações da Líbia com o Ocidente, com o continente africano e com o mundo árabe são complexas, com fases de afastamento e aproximação, especialmente com os dois últimos. Ao fugir da disputa bipolar da Guerra Fria, Gaddafi se afastou da interferência das grandes potências em assuntos nacionais, procurando um caminho próprio, estimulando o discurso de luta dos fracos contra os fortes. Assim, o rumo das relações internacionais da Líbia seguiu os princípios ideológicos do Livro Verde de Gaddafi: o islã, o nacionalismo árabe e o anti-imperialismo (LUBASZEWSKI, 2016; PARGETER, 2012).

De acordo com Simons (1996), a Líbia era considerada uma “*sociedade de hidrocarbonetos*”, e seu governo era financiado em grande parte por receitas advindas do petróleo (e gás natural), assim como outros Estados: Arábia Saudita, Kuwait, Emirados Árabes e Omã. No âmbito econômico, o governo Gaddafi promulgou a nacionalização da indústria petrolífera, um passo importante para a demonização do governo líbio e sua caracterização posterior de “Estado Pária”⁷. Simons (1996) é defensor da ideia de que o status da Líbia como nação Pária deriva da concepção de que os países menos poderosos não deveriam se atrever a desafiar a ordem internacional estabelecida pelas grandes potências. É importante ressaltar ainda que a principal estratégia norte-americana contra Muammar al-Gaddafi envolveu a propagação de desinformação, como forma de manipular a opinião pública para promover políticas mais agressivas para com o Estado líbio. Assim, após acusar Gaddafi de apoiar o terrorismo, os EUA e o Ocidente como um todo pararam de fornecer armas à Líbia, que passou a adquirir armamentos da antiga União Soviética (LUBASZEWSKI, 2016).

A primeira área de influência internacional que Gaddafi procurou projetar seu poder foi o mundo árabe, em conformidade com o seu discurso nacionalista árabe e de cunho revolucionário, fator que reforçava a sua legitimidade popular. É interessante notar que, desde 1969, das sete tentativas de integração das nações árabes, que envolviam Estados do Oriente Médio e do norte da África, seis delas foram iniciadas pela Líbia. O foco da Líbia no mundo árabe desde o início sempre foi o Egito de Gamal Abdel Nasser. Entretanto, a morte do líder egípcio e sua sucessão por Sadat⁸, que divergia ideologicamente com Gaddafi, estremeceram as relações bilaterais entre os dois países. A deterioração no relacionamento entre os dois Estados ressoou internacionalmente, enfraquecendo qualquer futura possibilidade de união entre as nações árabes. Na década de 1980, a Líbia não tinha sido bem-sucedida em nenhuma de suas tentativas de união (LUBASZEWSKI, 2016; PARGETER, 2012).

Em fevereiro de 1989, houve a criação da União do Magrebe Árabe (UMA), um marco positivo para as pretensões pan-arabistas de Gaddafi, pois promovia uma

7 Um Estado Pária é uma nação cuja conduta foge das normas internacionais. É importante ressaltar que este conceito não é regulado pelas Nações Unidas (ONU) e por nenhum outro órgão internacional (SIMONS, 1996).

8 Anwar al Sadat (1918-1981) foi um político e militar, que governou o Egito após Nasser, de 1970 a 1981 (PARGETER, 2012).

maior projeção regional para a Líbia, ao mesmo tempo que também consistia em um instrumento legítimo que possibilitava a Gaddafi interferir na política externa da região. O objetivo da Instituição era a construção de um grande Magreb Árabe, porém os interesses geopolíticos dos países envolvidos paralisavam a efetividade da Organização. A divergência entre os ideais políticos dos líderes árabes provocava uma espécie de estagnação em qualquer tentativa de integração, pois, conforme Simons (1996), muitos líderes árabes desconfiavam de Gaddafi e sua Terceira Teoria Universal, além de temerem perder o seu poder político (LUBASZEWSKI, 2016).

A primeira fase da política externa de Gaddafi para a África foi marcada pela beligerância e conflitos como a Guerra do Chade acabaram por distanciar muitos países africanos da Líbia. A respeito da Guerra do Chade, Simons (1996) analisa que os líderes da Líbia e do Chade, ao cogitarem a fusão dos dois países, provocaram uma intensa repercussão internacional, com a Organização da Unidade Africana (OUA) condenando a unificação e pedindo a retirada das tropas líbias no Chade. Gaddafi se tornou o primeiro líder africano na história da OUA a ter a *chairmanship* negada, em 1982, fator que explicitava a sua baixa reputação na política africana neste período (LUBASZEWSKI, 2016; RONEN, 2008).

As relações da Líbia com os países árabes do Oriente Médio e da África saariana, no final da década de 1980, passam por um progressivo afastamento, o que provoca uma mudança de orientação da política externa do país, que se volta para o próprio continente, em especial para a África subsaariana. Ao se afastar dos países árabes, Gaddafi louva o pan-africanismo e a unidade africana. Assim, um desenvolvimento político positivo na década de 90 aumentou o prestígio da Líbia no continente, e Gaddafi conseguiu promover seus princípios anti-imperialistas e islâmicos na África (BRAHIMI, 2011; LUBASZEWSKI, 2016).

A criação do bloco regional Comunidade dos Estados Sahel-Saarianos (COMESA ou CEN-SAD) em fevereiro de 1998 conectava, a nível econômico, Estados vizinhos com a Líbia, rica em petróleo. O bloco incluía países como Líbia, Chade, Níger, Sudão, Mali e Burkina Faso; e posteriormente houve a agregação de Egito, Tunísia, Argélia e Marrocos. Ronen (2008) argumenta que a criação deste bloco demonstrou o prestígio diplomático crescente de Gaddafi, convertendo a Líbia em uma posição de emergente destaque no continente. É interessante notar

a ambiguidade e a complexidade das relações da Líbia para com os demais países africanos. Brahimi (2011) pontua que, enquanto Gaddafi projetava um papel de liderança no continente, conterrâneos africanos de Burkina Faso, Chade, Gana e Níger eram expostos a violentos ataques de cunho xenofóbico de líbios (RONEN, 2008).

Em contrapartida, havia o entusiasmo do líder líbio em ampliar o pan-africanismo. A Líbia de Gaddafi se mobilizou diplomaticamente dentro da Organização para criar um Congresso Pan-Africano, com o objetivo de impulsionar a unidade política, além de um Banco de Integração. Gaddafi foi fundamental em termos de integração continental, pois o líder líbio assistiu à criação da União Africana, assim como diversos outros projetos de união no continente africano (LUBASZEWSKI, 2016).

3 A União Africana

O continente africano não é um continente homogêneo – muito menos seus processos políticos, históricos, sociais e culturais. Apesar de diferentes vias, como a via liberal e a socialista, os ideais gerais do pan-africanista influenciaram certos processos de independência africanos do século XX, como, por exemplo, em Gana, Burkina Faso, Senegal, Marrocos e Líbia. Nesse sentido, a política externa de diversas nações teve como base estes ideais de unidade africana, sobretudo o país analisado no presente trabalho, a Líbia (ADI, 2018).

O pós Segunda Guerra Mundial foi um momento histórico em que diversas organizações internacionais foram criadas, inclusive na África. A Organização da Unidade Africana mostrou-se eficaz nos primeiros anos decorrentes de sua criação, mas não soube lidar com as peculiaridades e conflitos internos. Assim, o desenvolvimento de uma nova organização, com novos objetivos e paradigmas no início do século XXI apresentou-se como a solução dos problemas africanos (YINDEGO, 2011).

3.1 Antecedentes Históricos

O movimento pan-africanista marcou a história africana e modificou os paradigmas existentes no continente. Lutas de independência, debates políticos

nacionais e internacionais, bem como políticas públicas socialistas fizeram parte do cotidiano africano e mostraram-se vinculados aos ideais pan-africanistas. Todavia, não é possível dizer que o pan-africanismo é um movimento uniforme e homogêneo, haja vista que os processos históricos do século XX, como as Guerras Mundiais e a Revolução Russa tiveram implicações diretas nos posicionamentos dos pensadores pan-africanistas, bem como nas ramificações do movimento. Todavia, a essência do movimento era restaurar a humanidade e a dignidade das pessoas africanas e afro-descendentes, visando acabar com os processos de escravização e segregação que assombraram a história moderna (CAMPBELL, 2018).

De um lado, porque as práticas que começavam-se a implementar no continente africano, ligadas à divisão da África em Berlim e à instauração do colonialismo, faziam temer que a escravatura, ou pelo menos a opressão, voltasse; e de outro lado, porque se temia que o filantrópico colonialismo invocado em Berlim se transformasse - como foi de fato o caso - em nova forma de opressão (MACEDO, 2016, p. 7).

Dessa forma, o receio da manutenção de um sistema que violava constantemente as populações pretas fez com que Henry Sylvester Williams⁹, em 1900, coordenasse a primeira Conferência Pan-Africanista. Personagens importantes na luta anticolonial se destacaram nesta conferência, como Marcus Garvey¹⁰ e William DuBois¹¹, o qual organizaria as conferências subsequentes (ADI, 2018).

Conforme Scherer (2016), existiriam três gerações de pensadores pan-africanistas, as quais seriam: (i) a primeira geração pan-africanista delimitou-se em 1900, momento em que Henry Sylvester Williams propôs a defesa dos negros do mundo inteiro contra as diversas formas de exploração, sobretudo a escravidão; (ii) a segunda geração pan-africanista, em torno de 1920, quando W.E.B. Du Bois reivindicou que os Estados resguardassem a igualdade entre as raças; e (iii) a terceira geração caracterizou-se pela influência de Kwame Nkrumah e George

9 Conhecido como pai do movimento pan-africanista, Henry Sylvester Williams (1869-1911) era um advogado de Trindade e Tobago. Em 1897, criou a Associação Africana, visando proteger os interesses de todos os descendentes africanos. Ademais, em 1900, organizou a I Conferência Pan-Africanista (ADI, 2018).

10 Conforme Adi (2018), Marcus Garvey (1887-1940) foi a figura pan-africanista mais significativa durante o período da Primeira Guerra Mundial. Jornalista, escritor, sindicalista e ativista jamaicano, estabeleceu a Associação Universal de Progresso Negro e Liga das Comunidades Africanas (UNIA) na Jamaica em 1914, visando resguardar os direitos dos afrodescendentes e africanos.

11 Nascido nos Estados Unidos, William Edward Burghardt DuBois (1868-1963) organizou a II, III, IV e V Conferências Pan-Africanistas (ADI, 2018).

Padmore, durante o período de 1940-1945, visto que lutaram pelas independências das nações africanas.

Na qualidade de força de integração visando a unidade ou a cooperação política, cultural e econômica na África, o pan-africanismo conhece três fases distintas: a fase colonial, de 1935 a 1957; a fase da independência, como movimento de libertação; e uma terceira fase iniciada nos anos 1970, no curso da qual, o pan-africanismo como força de integração foi sobremaneira reforçado pelas espetaculares mudanças ocorridas na economia mundial e pelas pesadas repercussões dessas mudanças nas economias africanas (ASANTE; CHANAIWA, 2010, p. 873).

Independente de como historiadores delimitam as fases do movimento pan-africanista, observa-se que, em 1945, a V Conferência Pan-Africanista de Manchester foi um dos marcos centrais para os processos de independência e, conseqüentemente, de autodeterminação e luta africana. Os debates foram delimitados pelo dualismo existente entre os defensores do Grupo Casablanca¹² e do Grupo Monróvia¹³. Ambos os grupos defendiam a luta pela autonomia dos Estados africanos e a luta anticolonial. Todavia, distinguam-se na essência, visto que o Grupo Casablanca defendia a libertação pela via socialista e a unificação das nações do continente, enquanto o Grupo Monróvia seguia a via liberal e argumentava que a criação de uma organização regional seria a melhor forma de alcançar autodeterminação (MACEDO, 2016).

A V Conferência Pan-Africanista teve implicações diretas nos processos políticos africanos. Assim, 17 nações africanas, sobretudo aquelas que foram colonizadas pela França e Reino Unido, tornaram-se independentes em 1960 – conhecido como *Ano Africano*¹⁴. Segundo Asante e Chanaiwa (2010), o pan-africanismo tornou-se

12 Estados como Gana, Guiné, Egito, Mali, Marrocos, Líbia e o governo argelino no exílio constituíram o Grupo de Casablanca. Liderado por Kwame Nkrumah, o qual seguia o socialismo científico, o grupo buscava uma união política continental, buscando a criação dos Estados Unidos da África. Ademais, líderes socialistas, do movimento pan-africanista e do não-alinhamento tinham propostas de centralização da economia, a partir do desenvolvimento das indústrias nacionais, bem como uma política securitária em âmbito continental. A independência das nações africanas seria econômica, política e ideológica, visto que a proposta era dar total autonomia às nações africanas (ASANTE; CHANAIWA, 2010).

13 Estados como a Nigéria, a Etiópia, a Libéria, a Serra Leoa e outras antigas colônias francesas formaram o Grupo Monróvia ou Brazzaville. Diferente do Grupo Casablanca, não eram maleáveis no que tange abrir mão de sua autodeterminação e soberania, por isto não acreditavam que a criação dos Estados Unidos da África seria uma solução para os problemas africanos. Buscavam a criação de uma confederação maleável dos Estados africanos, sobretudo pela cooperação voluntária no âmbito dos intercâmbios culturais e da interação econômica (ASANTE; CHANAIWA, 2010).

14 Conforme Visentini (2007), o ano africano foi o momento em que 17 países do continente africano tornaram-se independentes da França, da Bélgica e do Reino Unido. Estas independências foram graduais e controladas.

um movimento de integração regional e encontrou seus objetivos em âmbito continental, principalmente pela influência do pan-africanista socialista Kwame Nkrumah e a sua liderança na independência de Gana (ASANTE; CHANAIWA, 2010).

Outra implicação direta dos debates pan-africanistas de independência e autodeterminação foi a criação da Organização da Unidade Africana (OUA), em 1963. Inicialmente defendido pelos membros do Grupo Monróvia, os debates sobre a criação da OUA foram uma iniciativa dos membros do Grupo Casablanca, principalmente de Kwame Nkrumah, Sékou Touré e Modibo Keita. Assim, após diversas negociações bilaterais, reuniões e congressos, foi possível a criação da Organização da Unidade Africana, em 25 de maio de 1963, a fim de unificar e centralizar as dimensões do pan-africanismo regional (MACEDO, 2016).

A Carta da OUA ressalta princípios como a igualdade de soberania e integridade territorial entre os Estados-membros, assim como o princípio da não interferência nos assuntos de política externa e interna. Um dos pontos com mais destaque na Carta foi a abolição do colonialismo, o qual rege todos os debates que envolveram a constituição da Carta. Dessa forma, a OUA representou a promoção da autodeterminação dos povos, resguardado no direito internacional público, e os principais objetivos pan-africanistas, principalmente por auxiliar os processos de independência das antigas colônias portuguesas, apoiar os movimentos de libertação nacional e lutar contra o sistema do *apartheid* na África do Sul (OTAVIO; CARDOSO, 2015).

Todavia, a OUA falhou nas principais áreas de governança, desenvolvimento e guerras civis associadas dentro do continente, bem como não representava os interesses africanos em um mundo cada vez mais globalizado. Um exemplo que ilustra isto é a ineficácia da OUA durante o genocídio de Ruanda em 1994, uma vez que enviou apenas duas pequenas missões humanitárias durante o conflito. A questão securitária tornou-se, de fato, importante a partir da Cúpula de Addis Abeba, em 2008, englobou as missões de paz no continente no instrumento de Arquitetura de Paz e Segurança Africana (APSA), no qual atuará junto da força

As nações que se tornaram independentes foram: Camarões, Congo-Brazzaville (atual República do Congo), Gabão, Chade, República Centro-Africana, Costa do Marfim, Daomé (atual Benin), Alto Volta (atual Burkina Faso), Níger, Senegal, Mali, Madagascar, Mauritania, Somália, Nigéria e o Congo-Leopoldville (atual República Democrática do Congo).

de paz da União Africana, conhecida como *African Standby Force* (ASF). Dessa forma, a partir do caso ilustrado em que houve cerca de 800 mil mortes em três meses, evidencia-se uma das repetitivas falhas da Organização que colocaram em pauta sua funcionalidade e eficácia (YINDEGO, 2011).

3.2 O Funcionamento da Organização

Em 1999, a Organização da Unidade Africana, em uma reunião ordinária, decidiu criar uma nova organização para desenvolver o seu trabalho. A partir do consenso entre líderes africanos em uma reunião em Durban na África do Sul, em julho de 2002, a União Africana (UA) foi criada, visando ampliar o potencial da África e redirecionar os seus objetivos, os quais eram a luta pela descolonização e libertação do continente. Observa-se que os anseios do século XXI são distintos do século XX, principalmente porque as nações africanas já estão independentes e buscam se inserir no mercado global. Assim, no sentido de buscar uma maior cooperação e integração regional, o desenvolvimento econômico do continente africano é um dos principais objetivos atuais da organização, sobretudo pelas políticas da Agenda 2063¹⁵. Conforme Otavio e Cardoso (2015), diferentemente da OUA, a UA é a expressão, nos âmbitos político e securitário, da adequação da África ao mundo pós-Guerra Fria (AFRICAN UNION, 2020a).

Nesse sentido, em 2003, a UA consagrou e reafirmou o seu espaço no cenário internacional quando assumiu uma posição contrária à invasão do Iraque. Conforme Visentini (2007), a África recuperou seu poder de barganha no caso do Iraque, visto que membros africanos do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) foram cortejados pelos EUA e pela França. Observa-se que a liderança da África do Sul e o retorno da Líbia como potência regional, bem como os recursos prometidos pelo líder líbio Gaddafi foram decisivos para a ampliação da organização, sobretudo para consolidar a cooperação regional entre as nações africanas e o seu espaço no cenário mundial.

¹⁵ A Agenda 2063 é um projeto adotado em 2015 visando transformar o continente africano em uma potência econômica global. Com objetivos de desenvolvimento sustentável e inclusivo, a Agenda 2063 é composta por um conjunto de 7 (sete) aspirações, cada uma com um conjunto de objetivos, os quais incluem a prosperidade e bem-estar partilhados, de unidade e integração, para um contingente de cidadãos livres e horizontes alargados, onde se concretizam todas as potencialidades das mulheres e dos jovens, livres do medo, da doença e da carência (AFRICAN UNION, 2020c).

Os conflitos que se estabeleceram no continente africano foram vistos pela União Africana como um dos principais obstáculos para o desenvolvimento socioeconômico do continente. A promoção da paz, segurança e estabilidade no continente foram os pontos-chaves do Ato Constitutivo de 2000, inclusive resguardados em suas cláusulas preambulares (KASAIJA, 2013).

O Ato Constitutivo define os objetivos e propósitos da nova UA: desenvolvimento econômico que pode ser sustentado ao longo do tempo, boa governança, justiça social, igualdade de gênero, desenvolvimento da juventude e boa saúde. O Ato Constitutivo da União Africana reafirma os princípios de soberania interna e não intervenção (BADEJO, 2008, p. 36, tradução nossa)¹⁶.

Visando a consolidar os princípios e objetivos gerais do Ato Constitutivo, estabeleceu-se a criação de 6 (seis) órgãos decisórios e políticos, os quais são: (i) a Assembleia de Chefes de Estado e de Governo; (ii) o Conselho Executivo; (iii) o Comitê de Representantes Permanentes (PRC); (iv) os Comitês Técnicos Especializados (STCs); (v) o Conselho de Paz e Segurança (PSC); e (vi) a Comissão da União Africana (CUA). Da mesma forma que no sistema ONU, a Assembleia Geral da União Africana é a unidade operacional e órgão supremo da organização, onde todos os Estados-membros possuem 1 (um) voto em cada resolução (AFRICAN UNION, 2020b).

Os 55 membros da União Africana são responsáveis pela adoção das resoluções estabelecidas nas reuniões, principalmente aquelas decididas pela alta cúpula dos Estados na Assembléia Geral. Todavia, ressalta-se que desde a fundação da organização, os Estados-membros precisam seguir certas diretrizes governamentais, sobretudo aquelas sobre democracia e governos constitucionais conferidos a partir de eleições livres e justas. Conforme Badejo (2008), o caso do Togo exemplifica a atuação da UA nesse sentido, visto que a Organização tomou medidas para apoiar a democracia no Togo após a morte de Gnassingbe Eyadema, o qual governou o país de 1967 até 2005.

¹⁶ The Constitutive Act defines the objectives and purposes of the new AU: economic development that can be sustained over time, good governance, social justice, gender equality, youth development, and good health. The African Union Constitutive Act reaffirms the principles of domestic sovereignty and nonintervention (BADEJO, 2008, p. 36).

Um exemplo mais recente foi a suspensão do Sudão, em 2019, por causa da repressão contra manifestantes, que causou mais de 100 mortos. O Conselho de Paz e Segurança da União Africana suspendeu o país de todas as atividades da União Africana até o estabelecimento efetivo de uma Autoridade de Transição liderada por civis. Assim, observa-se que a União Africana utiliza de seus órgãos para averiguar se os seus Estados-membros são democráticos e respeitam os princípios basilares do seu Ato de Constituição (AFRICAN UNION, 2020d).

Todavia, no que tange à situação da Líbia em 2011, a União Africana sofreu diversas críticas contundentes sobre a sua não atuação, o que resultou na intervenção do CSNU e das potências ocidentais, novamente, em um conflito africano. A tímida atuação da União Africana em relação à crise na Líbia é passível de problematização sobre a própria essência da Organização, visto que a máxima “*soluções africanas para problemas africanos*” era um dos principais ideais pan-africanistas defendidos para a constituição desta nova Organização em 2002. Assim, ressalta-se que o ideal defendido pela Líbia na constituição da União Africana foi ignorado quando colocado em prática (KASAIJA, 2013).

4 A Influência da Líbia na Criação da União Africana

A reorientação da matriz de política externa da Líbia sob o governo Gaddafi pode ser dividida em dois momentos cruciais: em um primeiro momento, há uma intensificação no relacionamento bilateral entre o Estado líbio para com Estados do Oriente Médio e do Magreb africano. O intuito de Gaddafi, conforme o mesmo expressa em seu *Livro Verde*, era criar um grande Estado socialista e islâmico, baseado na igualdade (HAJJAR, 1980).

Entretanto, as problemáticas à respeito da unificação e o temor – por parte de alguns países – de perder o controle sobre as regiões petrolíferas, foram alguns dos motivos para que o projeto de um grande Estado socialista islâmico não se desenvolvesse. Assim, com a frustração nas tentativas de união com os Estados árabes islâmicos, Gaddafi dedicou-se ao continente africano, procurando inserir a Líbia na agenda africana, através de uma maior inserção em organismos multilaterais (VANDEWALLE, 2012).

4.1 África para os Africanos

A nova configuração mundial do sistema internacional no período pós-Guerra Fria reposicionou os países africanos nas dinâmicas internacionais, propiciando a ascensão de uma visão multilateral, com uma maior participação do continente africano nos mais variados temas da agenda global. As disputas de poder no continente africano impossibilitavam o avanço das discussões sobre união continental e formação de uma unidade africana, pois Nigéria e África do Sul, além de suspeitarem das motivações de Gaddafi, também temiam a posição influente da Líbia no continente (LUBASZEWSKI, 2016).

Na década de 1970, os esforços da política externa de Gaddafi concentraram-se na criação de uma unidade árabe socialista, sobretudo na região do Magreb. Contudo, a falta de união pan-arabista e um amplo apoio de países ocidentais à Israel evidenciaram a Gaddafi a relevância de atentar-se ao seu próprio continente, no quesito de integração regional. Assim, na década de 90, a Líbia iniciou uma campanha diplomática e econômica em toda a região da África Subsaariana, a exemplo da mudança da estação de rádio “*Voz da Grande Pátria Árabe*” do país para “*Voz da África*”, uma forma de retratar os africanos como os verdadeiros aliados da Líbia. Essa política aproximou Gaddafi de diversas nações africanas e líderes políticos, como seu famoso encontro com Nelson Mandela em 1997 (VANDEWALLE, 2012).

É importante ressaltar que a aproximação com os Estados africanos ocorreu em um momento que Gaddafi buscava confrontar a Organização das Nações Unidas. Assim, em setembro de 1999, Gaddafi apresentou o seu projeto idealista de criar os “Estados Unidos da África”, com união monetária e militar. Esta ideia retoma o que era inicialmente defendido pelos membros do Grupo Casablanca, sobretudo pelo pan-africanista Kwame Nkrumah. A Líbia era membro do Grupo Casablanca e defendeu, ainda durante o V Congresso Pan-Africanista, a criação dos Estados Unidos da África, o qual é semelhante – senão igual – à proposta líbia de 1999 (STURMAN, 2003).

Entretanto, havia problemas para a plena efetivação da unidade africana, dentre as quais se encontravam o receio de outros países nos impactos políticos e econômicos de uma integração, além do temor com a liderança da Líbia de Gaddafi

nesta questão. A transformação da OUA na União Africana em 2002 é resultado de um árduo processo político e diplomático dos países africanos e da persistência de líderes como Muammar al-Gaddafi, adeptos do projeto pan-africanista. Além da importância da Líbia na formação da União Africana, ainda era um dos cinco Estados que, junto com África do Sul, Argélia, Egito e Nigéria, ancorou cerca de 75% do orçamento da Instituição (CAMPBELL, 2014).

Ademais, durante seu período como presidente da União Africana, entre fevereiro de 2009 e janeiro de 2010, Gaddafi continuou defendendo a unificação dos Estados africanos de forma constante. A sua morte, em 20 de outubro de 2011, foi vista de forma positiva por alguns Estados africanos, principalmente por aqueles contra uma maior integração do continente, como África do Sul, Quênia e Nigéria, os quais são considerados como potências regionais. Deste modo, a morte de Gaddafi foi o marco final de uma luta pela criação de uma unificação africana, com propostas socialistas e de equidade entre os Estados, principalmente pela concretização de uma África para africanos (KASAIJA, 2013).

4.2 O Desenvolvimento da UA e a Inserção Internacional do Continente Africano

Considerada como uma Organização relativamente nova, quando comparada com outros sujeitos do direito internacional, a União Africana modificou a perspectiva econômica e humanitária africana no cenário mundial. Observa-se que, antes da morte de Gaddafi em 2011, alguns processos históricos vinculados à Líbia seriam fundamentais para delinear as políticas adotadas pela União Africana.

As manifestações populares da “Primavera Árabe”, inicialmente em Estados como Tunísia e Egito em meados de 2010 e 2011, promoveram uma série de levantes que revelavam um enorme descontentamento da população com a situação econômica e social dos países. Não tardou para que as manifestações atingissem a Líbia, cujo governo demonstrava desgastes e os vícios no aparato estatal desagradavam a população. Brahimi (2011) disserta que, quando a realidade de rejeição popular era inegável, Gaddafi se viu sob o comando de um Estado que possuía uma rede robusta de alianças tribais em declínio, milícias e regiões divididas e descontentes (BRAHIMI, 2011; PRASHAD, 2012).

O CSNU, a partir da Resolução nº 1970 e nº 1973, respectivamente de 26 de fevereiro e 17 de março de 2011, autorizou a intervenção no Estado líbio, visando à proteção humanitária de civis, utilizando-se como base o princípio do direito internacional conhecido como responsabilidade para proteger. O caso líbio é um precedente nesse sentido, visto que foi o primeiro Estado soberano a sofrer uma intervenção militar para fins de proteção civil (GLANVILLE, 2013).

Ao aprovar a resolução 1970, o CSNU efetivamente tomou a iniciativa da UA no que diz respeito à crise da Líbia. A Resolução 1970 foi aprovada por unanimidade e exigia, inter alia, o imediato fim da violência na Líbia; impôs um embargo de armas; a proibição de viajar para membros do regime e familiares de Kadafi; e congelou todos os bens da família Kadafi. Além disso, o Conselho, por unanimidade de votos, encaminhou a situação na Líbia ao Tribunal Penal Internacional (TPI) (KASAIJA, 2013, p. 125, tradução nossa)¹⁷.

Entretanto, a influência de Gaddafi na criação da União Africana teve implicações diretas quando os protestos da Primavera Árabe começaram a questionar a legitimidade do seu governo, visto que a Organização – ao invés de propor a atuação militar ou medidas securitárias – criou o Comitê *ad hoc* de Alto Nível da UA sobre a Líbia para mediar acordos com o líder líbio e encontrar uma solução africana para este problema africano. Todavia, de forma distinta, a OTAN apoiou uma intervenção militar, conforme exposto previamente, e, inclusive, realizou o bombardeamento aéreo em partes do território líbio (AKUFFO, 2014).

A construção do Estado líbio e a formação de uma identidade nacional líbia foi edificada ao longo de centenas de anos e somente lograda sob o governo de Muammar al-Gaddafi. O falecimento do líder pan-africanista causou impacto nas relações internacionais da África e de organizações regionais como a União Africana. No âmbito da UA, a morte de Gaddafi e a subsequente falência estatal do Estado líbio, que enfrenta um constante estado de severa instabilidade, continuam gerando problemas que impedem a paz sustentável no país (FRAIHAT, 2016).

17 By passing resolution 1970, the UNSC effectively seized the initiative from the AU with regard to the Libya crisis. Resolution 1970 was unanimously adopted and it demanded inter alia the immediate end to the violence in Libya; imposed an arms embargo; a travel ban on the members of the regime and the family members of Qaddafi; and froze all Qaddafi family assets. In addition, the Council, with a unanimous vote, referred the situation in Libya to the International Criminal Court (ICC) (KASAIJA, 2013, p. 125).

Além disso, as formações de Estados Nacionais no continente africano, as relações interestatais e as dinâmicas de poder são impasses para o completo êxito de organizações regionais. Assim, é relevante ponderar a importância da criação de instituições que prevaleçam os interesses competitivos das partes. A União Africana, por meio de uma série de estratégias políticas, procura estimular o desenvolvimento da África por meio de mecanismos que viabilizem a paz regional (VANDEWALLE, 2012).

Desde a morte de Gaddafi, observam-se algumas modificações importantes na realidade econômica africana. Em 2019, foi concretizada a Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA), a qual deverá tornar-se a maior área de livre-comércio do mundo. Esta Zona buscará fortalecer o comércio intracontinental, principalmente por ser uma unificação dos países membros das organizações regionais do Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA), da Comunidade da África Oriental (EAC) e da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC).

Ademais, ressalta-se que em 2015 a Agenda 2063 foi implementada. A União Africana busca constantemente a integração e o desenvolvimento econômico das nações africanas, bem como o aumento de seu poder de barganha e influência política. Todavia, conforme Kasaija (2013), a crise na Líbia, em 2011, mostrou que a União Africana é deveras marginalizada nos debates que envolvem o CSNU. Assim, existe um dualismo nos esforços da Organização em participar ativamente dos debates internacionais e em demonstrar qual é a sua real força de barganha e influência nas decisões no Sistema ONU.

5 Considerações Finais

Neste artigo, procurou-se analisar a influência da política externa da Líbia sob o governo Gaddafi na criação da União Africana em 2002. Doravante uma sucessão de eventos que propiciaram a formação da UA em decadência à Organização da Unidade Africana (OUA), a discussão sobre a atuação da Líbia na construção da UA pode ser considerada uma constante no decorrer do trabalho. A inserção internacional do continente africano com a criação e o funcionamento da União Africana (2002-atual) é um aspecto determinado pelas novas dinâmicas

mundiais do século XXI e a ascensão do multilateralismo nos grandes organismos internacionais.

O continente africano está experienciando uma grande transformação nas normas e instituições que governam as relações multilaterais entre os seus países. A Líbia é um ator regional de grande influência no continente e possui uma história de descentralização política, divergências internas, disputas pelo poder e pelo monopólio das reservas de petróleo e gás natural. Após conquistar a independência da Itália em 1951, a Líbia se aproximou do Ocidente, devido à posição geográfica estratégica e ao petróleo existente no país.

A chamada Era Gaddafi corresponde ao período de 1969 a 2011 e sintetiza o governo de Muammar al-Gaddafi e a transformação da Líbia em um Estado socialista, pan-arabista e nacionalista. No decorrer deste período, Gaddafi reorientou a política externa do Estado líbio, com uma fase inicial de aproximação de países do Oriente Médio e posteriormente, na década de 90, um maior alinhamento com os demais países africanos sob uma visão pan-africanista.

Após a morte de Gaddafi, observa-se que a União Africana adotou políticas de integração sócio-econômica com o objetivo de desenvolver o continente. Entretanto, os debates pan-africanistas sobre uma possível união monetária e militar – a partir da criação do projeto idealista de “Estados Unidos da África” – foram abandonados após o falecimento de Gaddafi, visto que não havia sucessores que defendessem o projeto da mesma forma que o líder líbio. O pan-africanismo socialista, desenvolvido na V Conferência Pan-Africanista (1945) e defendido por líderes africanos como Muammar Gaddafi, não possui espaço político no atual projeto da União Africana, sobretudo na Agenda 2063.

No âmbito da União Africana, a Líbia consolidou-se como um dos países mais influentes politicamente do continente, junto com a Nigéria e a África do Sul em suas respectivas regiões geográficas. Estado membro da COMESA¹⁸, o Estado líbio tem sua economia voltada para a extração e importação de petróleo.

18 O Mercado Comum da África Oriental e Austral tem como objetivo central a integração regional através de políticas econômicas. A instituição é formada por 21 Estados membros, contendo uma população de mais de 583 milhões, um Produto Interno Global de US\$805 bilhões, bem como um comércio global de exportação/importação de bens no valor de US\$324 bilhões. Dessa forma, o COMESA constitui um importante mercado para o comércio interno e externo no cenário internacional, sobretudo para seus Estados membros (COMESA, 2020).

Ao se observar, durante a produção do artigo, a influência da Líbia na criação da União Africana, inferimos que a atuação de Muammar al-Gaddafi enquanto Chefe de Estado da Líbia foi imprescindível para uma maior intensificação nas relações interafricanas e para o progresso na discussão de integração regional no continente. Dessa forma, é possível afirmar que o Estado líbio teve grande participação na constituição e efetivação da UA, resultado de sua posição geopolítica estratégica, diversidade na formação sócio-histórica do território e relevantes receitas advindas do comércio petrolífero, que propiciaram capital para ajudar a financiar a edificação desta importante organização regional, a União Africana.

The Influence of Libya in the Creation of the African Union: The Rise of the Continent on the International Stage

Abstract: The present work aims to analyze the influence of Libya's foreign policy and, above all, of the government policies of the Gaddafi government that helped to create the African Union (AU). The 20th century was marked by the presence of pan-Africanist thinking in the struggle for the independence and self-determination of African nations, this being highlighted by the African Year (1960) and the creation of the Organization of African Unity (OAU) in 1963. The creation of the AU in 2002 represented the rise of the African continent on the international stage. Thus, AU is the result of the political and economic support of regionally influential nations, such as Libya, in favor of building a regional integration project with the purpose of socio-economically developing the continent.

Keywords: Libya. African Union. Gaddafi. Africa. Regional Integration.

Referências

ADI, Hakim. **Pan-Africanism: a history**. London: Bloomsbury, 2018.

AFRICAN UNION. **About the African Union**. 2020a. Disponível em: <https://au.int/en/overview>. Acesso em: 03 set. 2020.

AFRICAN UNION. **African Union Handbook 2020**. 2020b. Disponível em: <https://au.int/sites/default/files/>

documents/31829-doc-au_handbook_2020_english_web.pdf. Acesso em: 06 set. 2020.

AFRICAN UNION. **Our Aspirations for the Africa We Want**. 2020c. Disponível em: <https://au.int/en/agenda2063/aspirations>. Acesso em: 04 set. 2020.

AFRICAN UNION. **Sudan suspended from the African Union**. 2020d. Disponível em: <https://au.int/en/articles/sudan-suspended-african-union>. Acesso em: 04 set. 2020.

AKUFFO, Edward Ansah. The Politics of Interregional Cooperation: The Impact of NATO's Intervention in Libya on its Relations with the African Union. **African Conflict and Peacebuilding Review**, v. 4, n. 2, p. 108-128, 2014.

ASANTE, Samuel Kwadwo Boaten; CHANAIWA, David. O Pan-Africanismo e a Integração Regional. *In*: MAZRUI, Ali A (org.). **História Geral da África, VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010. p. 873-896.

BADEJO, Diedre J. **The African Union**. Global Organizations. New York: Chelsea House Publishers, 2008.

BRAHIMI, Alia. Libya's Revolution. **The Journal of North African Studies**, London, v. 16, n. 4, p. 605-624, dez. 2011. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13629387.2011.630880?tab=permissions&scroll=top>. Acesso em: 05 set. 2020.

CAMPBELL, Horace. **Global NATO and the Catastrophic Failure in Libya**. Oxford: Pambazuka Press, 2014.

CAMPBELL, Horace G. The Pan-African Experience: From the Organization of African Unity to the African Union. *In*: SHANGUHYIA, Martin S.; FALOLA, Toyin (eds.). **The Palgrave Handbook of African Colonial and Postcolonial History**. New York: Palgrave Macmillan, 2018. p. 1031-1088. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1057%2F978-1-137-59426-6_41#citeas. Acesso em: 04 set. 2020.

COMESA. **What is COMESA**. 2020. Disponível em: <https://www.comesa.int/what-is-comesa/>. Acesso em: 23 dez. 2020.

FRAIHAT, Ibrahim. Part I. Issues of Reconciliation: Libya. *In*: FRAIHAT, Ibrahim. **Unfinished Revolutions: Yemen, Libya, and Tunisia after the Arab Spring**. London: University Press, 2016. p. 21-39.

GLANVILLE, Luke. Intervention in Libya: From Sovereign Consent to Regional Consent. **International Studies Perspectives**, v. 14, n. 3, p. 325-342, 2013.

GONZÁLEZ, Francisco J. Ruíz. **Reflexiones sobre la situación en Libia y la actuación internacional**. Madrid: Fundación Ciudadanía y Valores, 2011.

HAJJAR, Sami G. The Jamahiriya Experiment in Libya: Qadhafi and Rousseau. **The Journal of Modern African Studies**, v. 18, n. 2, p. 181-200, 1980. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/160277>. Acesso em: 02 set. 2020.

KASAIJA, Phillip Apuuli. The African Union (AU), the Libya Crisis and the notion of 'African solutions to African problems'. **Journal of Contemporary African Studies**, v. 31, n. 1, p. 117-138, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/02589001.2012.761463>. Acesso em: 03 set. 2020.

LUBASZEWSKI, Natasha Pereira. **Líbia: Importância Estratégica e Inserção Regional (1969-2015)**. 2016. Trabalho de conclusão (Graduação em Relações Internacionais) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/166171>. Acesso em: 03 set. 2020.

MACEDO, José Rivair (org.). **O Pensamento Africano no Século XX**. São Paulo: Outras Expressões, 2016.

MAZRUI, Ali A (org.). **História Geral da África vol. VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010.

OTAVIO, Anselmo; CARDOSO, Nilton Cesar. O papel da União Africana na estabilização do Burundi. **Tensões Mundiais**, Fortaleza, v. 11, n. 20, p. 89-114, 2015.

PARGETER, Alison. **The rise and fall of Qaddafi**. New Haven: Yale University Press, 2012.

- PRASHAD, Vijay. **Arab Spring, Libyan Winter**. Edimburgo: AK Press Publishing & Distribution, 2012.
- RONEN, Yehudit. **Qaddafi's Libya in World Politics**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2008.
- SCHERER, Mathias Inacio. Kwame Nkrumah, o neocolonialismo e o pan-africanismo. *In*: MACEDO, José Rivair (org.). **O Pensamento Africano no Século XX**. São Paulo: Outras Expressões, 2016. p. 143-167.
- SIMONS, Geoff. **Libya: The Struggle for Survival**. 2ª ed. London: Palgrave Macmillan, 1996.
- SIMONS, Geoff; BENN, Tony. **Libya and the West: from independence to Lockerbie**. Oxford: Bloomsbury Academic, 2003.
- STURMAN, Kathryn. The rise of Libya as a regional player. **African Security Review**, v. 12, n. 2, p. 109-112, 2003.
- VANDEWALLE, Dirk. **A History of Modern Libya**. New York: Cambridge University Press, 2012.
- VISENTINI, Paulo G. Fagundes. A África independente e a Guerra Fria. *In*: VISENTINI, Paulo G. Fagundes; RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **Breve História da África**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007. p. 105-140.
- VISENTINI, Paulo Fagundes. **Os países africanos: diversidade de um continente**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2012.
- YINDEGO, Zeray. The African Union: Founding Principles, Frameworks and Prospects. **European Law Journal**, v. 17, n. 5, p. 568-594, set. 2011.
- ZEIDAN, Shawky S. Politics and Government. *In*: METZ, Helen C. (ed.). **Libya: a country study**. Washington: Federal Research Division, 1987. p. 171-236.